

APROVADO



*Trabalhadores da Celesc aprovam
ACT 2018/19 com conquista da
Garantia de emprego de 3 anos*



GELSON MERÍSIO GRAVA VÍDEO EM DEFESA DA CELESC PÚBLICA E SE COMPROMETE A ASSINAR MOÇÃO

Candidato afirma que estatais catarinenses não serão privatizadas

O candidato do Partido Social Democrático (PSD) ao Governo do Estado de Santa Catarina, Gelson Merísio, divulgou esta semana um vídeo onde se compromete a não privatizar as estatais catarinenses.

Citando Celesc, Casan e SC Gás, Merísio afirma que, não faz parte de seu plano de governo ter qualquer alteração no comando acionário das empresas estatais. "A Celesc, a SC Gás, a Casan continuarão públicas, prestando um serviço de qualidade, como já fazem, ao cidadão e também sendo um instrumento de ação social por parte do Governo". Em contato com representantes da Intercel, o candidato também se comprometeu a assinar a carta compromisso para manutenção da Celesc Pública, deliberação do 10º Congresso dos Empregados da Celesc no qual Merísio esteve presente na abertura. A assinatura do documento deverá ser realizada ainda esta semana.



LUTA

DADOS SOBRE NEGOCIAÇÃO COLETIVA MOSTRAM IMPORTÂNCIA DOS SINDICATOS

Entidades sindicais são fundamentais na defesa dos direitos dos trabalhadores

O debate sobre o papel dos sindicatos no Brasil apresenta dados díspares sobre o número de entidades existentes no país e o trabalho por elas desenvolvido. Ultimamente, informações que não refletem a realidade são utilizadas para justificar medidas que atacam o financiamento sindical, baseadas no argumento de que a maior parte das instituições possui pouca ou nenhuma representatividade junto aos trabalhadores e, efetivamente, não negocia. Nessa visão simplista e, por vezes, mal-intencionada, os sindicatos que não negociam deveriam simplesmente ser fechados. O ataque ao custeio dessas instituições serviria para quebrá-las financeiramente.

Os sindicatos laborais são instituições criadas pelos trabalhadores desde a 1ª Revolução Industrial no século XIX. Os trabalhadores se associam e reúnem força política para produzir e defender seus direitos. São instituições fundamentais para a sociedade, pois atuam para gerar equilíbrio nos sistemas de relações de trabalho, visando criar obstáculos à exploração dos trabalhadores e à submissão dos indivíduos ao poder do empregador. A negociação é uma das dimensões da atuação sindical, parte essencial de um leque de inúmeras outras atribuições dessas entidades, que representam trabalhadores assalariados, servidores públicos, autônomos, agricultores familiares, trabalhadores avulsos e profissionais

"Os trabalhadores se associam e reúnem força política para produzir e defender seus direitos. Sindicatos são fundamentais para a sociedade, pois atuam para gerar equilíbrio nos sistemas de relações de trabalho, visando criar obstáculos à exploração dos trabalhadores e à submissão dos indivíduos ao poder do empregador"

liberais. Negociar é um dos principais meios para se chegar a qualquer acordo ou regulação. O poder efetivo da negociação varia segundo as características do modelo de relações de trabalho vigente em cada país.

A ação sindical se materializa em movimentos de reivindicação e defesa de direitos, muitos dos quais são tratados nas negociações coletivas e podem ser assegurados em acordos e convenções. Outros serão tratados na regulação geral da legislação ou em instrumentos normativos aprovados ou deliberados no âmbito do Legislativo, Executivo ou Judiciário.

Diferentemente do que defendem alguns, os dados estatísticos do Ministério do Trabalho revelam que aproximadamente 90% das entidades sindicais de trabalhadores que devem e podem estabelecer acordos ou convenções coletivas exercem essa tarefa. Em outras palavras, a maioria esmagadora das entidades sindicais de representação dos trabalhadores realiza plenamente as funções que são de sua responsabilidade, negociando e produzindo direitos trabalhistas, por meio de instrumentos coletivos de trabalho, na contramão do que tem sido declarado publicamente. Afirmar o oposto, sem fundamentação, é buscar quebrar e aniquilar essas instituições e, com isso, tirar dos trabalhadores um instrumento eficaz para a resistência à exploração.

TRABALHADORES DA CELESC APROVAM ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2018/19

Com conquista da extensão da garantia de emprego para 3 anos como principal vitória, assembleias aprovam proposta para o ACT dos celesquianos

Em assembleias realizadas pelos sindicatos da Intercel, os trabalhadores da Celesc aprovaram a proposta da administração da empresa para o Acordo Coletivo de Trabalho 2018/19.

Após 5 rodadas de negociação e um grande avanço nas reivindicações da categoria, os celesquianos conquistaram o mais importante dos anseios da categoria: a extensão da garantia de emprego para 3 anos. Desde o início dos debates do ACT os sindicatos da Intercel mobilizaram a categoria para lutar pelo reconhecimento de todo o esforço e comprometimento que os trabalhadores têm com a Celesc.

Nestes últimos anos, com as metas da concessão cada vez mais apertadas e com as maquinações políticas ameaçando a empresa pública, os trabalhadores fizeram difíceis debates sempre buscando a manutenção da concessão e da Celesc Pública. A extensão da garantia de emprego dá tranquilidade

para que os celesquianos continuem o trabalho de excelência no atendimento à sociedade catarinense, matendo a Celesc Pública como uma das melhores distribuidoras de energia do país e exemplo de que uma empresa estatal pode ser referência. A extensão da garantia de emprego é, sem dúvidas, a grande conquista da categoria neste processo negocial.

No apanhado geral, além da conquista da garantia de emprego, a negociação foi fechada com um reajuste de 4% na maioria das cláusulas com impacto financeiro. Acima deste percentual, o vale alimentação recebeu um reajuste de 5,71% e o auxílio creche-babá teve reajustes nas faixas que chegam a até 40%.

O fechamento deste ACT e a grande conquista alcançada é fruto da união dos celesquianos com os sindicatos da Intercel que, juntos, tem lutado pelos direitos dos trabalhadores e pela manutenção da Celesc Pública.



CELOS

PARTICIPANTES ELEGEM CANDIDATOS APOIADOS PELA INTECEL E APCELESC

Trabalho coletivo foi vitorioso em mais um pleito na fundação



No último dia 19, os participantes da Fundação Celos elegeram novos representantes para a Diretoria Administrativa Financeira, Diretoria de Seguridade e Conselho Fiscal.

Com 50,52% dos votos, Henri Claudino foi reeleito Diretor Administrativo-Financeiro. Paulo Cesar da Siveira recebeu 54,74% dos votos e foi eleito Diretor de

Seguridade. As duas chapas que concorriam ao Conselho Fiscal (Cleber Borges e Osmar Soares - Chapa 1 e Benhour Romariz e Mário Valeriano Dias - Chapa 2), também foram eleitas, consolidando o processo eleitoral.

A vitória de todos os candidatos apoiados pelos sindicatos da Intercel e pela APCELESC demonstra a confiança da categoria no traba-

lho coletivo para continuar o processo de fortalecimento da Celos.

A Celos é fundamental para a luta pela manutenção da Celesc Pública e, com a eleição de companheiros comprometidos com os celesquianos, continuaremos o trabalho coletivo em defesa de nossos direitos e benefícios, fortalecendo a fundação e unindo ainda mais a categoria

ELETOBRAS

STF REALIZA AUDIÊNCIA SOBRE PRIVATIZAÇÕES NESTA SEXTA

Audiência vai discutir a liminar que proibiu o governo de vender empresas públicas sem aval do Congresso

Nesta sexta-feira, dia 28 de setembro, às 9 horas, será realizada a audiência pública para discutir a liminar concedida em junho, pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determinou que a venda de empresas públicas depende de aprovação pelo Congresso. Serão 57 entidades selecionadas para participar. A lista dos oradores será dividida em 19 grupos. Há convidados de centrais sindicais, federação dos petroleiros, representantes da Eletrobras, dos empregados de Furnas, do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional de Petróleo (ANP), da BR Distribuidora, do Banco do Brasil, da Caixa Participações e do conselho da Transpetro. A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) estará representada na audiência pela Central Única dos Trabalhadores (CUT).

CUTUCADA

QUEM PRECISA DE PRESIDENTE?

Em plena crise para definição dos rumos do lote A, após o vencimento do prazo dado pela ANEEL, a direção da Eletrosul se abstém da presença de seu presidente.

Ao sair em férias logo após sua volta da China, o presidente da Eletrosul jogou a bomba no colo de quem?

E qual motivo tão grande e maior estaria motivando o afastamento do presidente num momento tão importante para os rumos do negócio da empresa?

Esperamos que nenhum candidato político a algum posto de governo possa ter sequestrado a figura mais importante da Eletrosul neste momento crucial para os interesses da empresa...

EXPEDIENTE

Linha Viva é uma publicação da INTERCEL e da INTERSUL
Jornalista responsável: Paulo G. Horn (MTE 3489/SC)
Conselho Editorial: João Roberto Maciel

Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000 E-mail: sindsc@terra.com.br
As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.



POR QUE LUTAR PELA DEMOCRACIA?

POR RICARDO BORGES MARTINS

Está claro que estamos perdendo a fé na democracia. O fenômeno de ceticismo democrático é mundial, mas no Brasil ganha contornos muito particulares. Com desemprego atingindo quase 13 milhões de pessoas, taxas de homicídio batendo recordes com mais de 63 mil mortes violentas registradas em 2017, num país em que apenas 8% da população é plenamente alfabetizada e 50% da população não tem acesso a saneamento básico, era de se esperar que não estivéssemos satisfeitos com a política e com os nossos governantes.

Se a tragédia social e econômica brasileira não fosse o bastante para abalar nossa confiança no regime, o que dizer então das demonstrações que o próprio campo político tem oferecido? Vereadora Marielle Franco é morta a tiros na Região Central do Rio. Tiros contra caravana de Lula no interior do Paraná. Jair Bolsonaro leva facada em Juiz de Fora – MG. É diante deste cenário que apenas 1% dos brasileiros acreditam viver em uma democracia plena, segundo a última edição da pesquisa Latinobarómetro. Este é o menor índice de toda a América Latina.

Sempre apostamos que a defesa da democracia pudesse se dar pela via da eficiência. Há um leque grande de benefícios colaterais da democracia. Países democráticos tendem a ser mais prósperos do que ditaduras. Há correlações positivas entre o nível de democracia de uma sociedade e sua performance em saúde, educação e respeito aos direitos humanos. E, além disso, nunca na história moderna duas democracias entraram em guerra uma contra a outra.

Todos esses fatores estão presentes também no Brasil. Apesar das múltiplas crises que atravessamos, o Brasil obteve inúmeras conquistas coletivas desde a redemocratização: estabilidade econômica, avanços sociais e também solidez institucional muito maiores do que no passado.

Ainda assim, defender a democracia apenas de sua perspectiva instrumental pode ser arriscado, tanto quando confrontamos com os espetaculares feitos econômicos e sociais que ditaduras por vezes conseguem produzir, quanto quando nos vemos em crise.

A defesa da democracia não pode ser apenas utilitária. Não se trata apenas dos resultados sociais e econômicos que ela se mostra capaz de gerar, mas sim dos valores que esse regime busca refletir. A democracia é importante porque ela busca refletir ideais: de participação, inclusão, igualdade, liberdade, divergência e entendimento. Robert Dahl, cientista político americano, costumava dizer que as democracias existem sempre enquanto objetivo, como horizonte compartilhado onde almejamos chegar. Se queremos que a democracia seja preservada e floresça, é preciso o engajamento ativo de todos nós na defesa desses ideais. Temos sim discordâncias sobre os rumos e os futuros do Brasil, e é ótimo que assim seja. Apenas em democracias essas diferenças podem se expressar e se processar de maneira virtuosa. Precisamos resgatar nossa capacidade de debater ideias e projetos para o país – as eleições nos pedem isso. Vencer a espiral de desconfiança e a corrente de ódio e intolerância que contaminam hoje o ambiente político é tarefa central de quem vê na democracia a única saída para as crises.

Cada um e cada uma, cada cidadão, grupo, organização e voz entre nós pode contribuir com essa construção.

PS: Já há muito sendo feito pela sociedade por eleições melhores e aproveito a deixa aqui para fazer o convite para acessarem o site e se engajarem nas mais de 100 iniciativas que se encontram por lá.